

## OS NOVOS PROGRAMAS EUROPEUS

## E A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

## Intervenção de abertura pelo Presidente da CIP, António Saraiva

## Lisboa, Culturgest, 5 de julho de 2021

Senhor Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Senhor Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, Caros oradores, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o desafio em boa hora lançado pela Caixa Geral de Depósitos e a excelente cooperação na organização desta conferência.

Cooperação que, aliás, não se esgota neste evento, mas ganha, a partir de hoje, um novo impulso e um novo enquadramento com o protocolo que de seguida assinaremos, para o desenvolvimento e concretização de iniciativas de valor acrescentado que ajudem as empresas no quadro da utilização dos Fundos Europeus.

Com missões distintas, estamos ao serviço das empresas. É em prol das empresas, para melhor ir ao encontro das suas necessidades, que juntamos os nossos esforços. Como costumo dizer, juntos iremos mais longe.

Aproveito também para agradecer a presença do Senhor Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital.

Agradeço, igualmente, a todos os oradores e moderadores, a vossa disponibilidade para connosco refletir sobre o tema que nos propusemos abordar nesta manhã – os novos programas europeus e a transformação da economia portuguesa.

Minhas senhoras e meus senhores,

Mais do que recuperação – palavra tantas vezes repetida nos últimos meses – a transformação da economia é um imperativo, no rescaldo da crise sem precedentes que ainda vivemos.

De facto, depois de duas décadas em que alternámos crises e crescimento anémico, a nossa ambição está muito longe de ser apenas a de regressar aos níveis de atividade económica anteriores à pandemia. O nosso objetivo não é apenas recuperar, é transformar a economia, para abrir um novo ciclo de desenvolvimento sustentado.



Essa transformação está, em grande medida, nas mãos das empresas. Será, fundamentalmente, obra das empresas. Mas será condicionada pela dimensão, rapidez e eficácia das medidas de política económica que forem colocadas no terreno.

Nesta linha, a CIP apresentou, na passada sexta-feira, um documento em que aponta, precisamente, as grandes linhas de uma estratégia de crescimento e competitividade, apresentando propostas para os instrumentos ao serviço dessa estratégia.

Entre as medidas ao serviço dessa estratégia, estão, obviamente, as que são passíveis de ser financiadas por recurso a fundos europeus, quer no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência, quer no âmbito do futuro Acordo de Parceria, quer, ainda, ao abrigo de outras fontes de financiamento.

No total, teremos disponíveis mais de 60 mil milhões de euros, até 2029, para financiar uma estratégia económica de médio e longo prazo para Portugal.

Defendemos, a este respeito, que é fundamental que as empresas estejam no centro da recuperação, melhor, da transformação da economia, como motor do crescimento e da criação de riqueza, sendo por isso necessário que, na aplicação dos fundos europeus, estejam presentes dois grandes objetivos que exigem mais e melhor investimento privado:

- por um lado, a preservação e o aumento de eficiência do tecido produtivo;
- por outro, a reorientação do nosso modelo de crescimento, em coerência com as opções estratégicas europeias, mas enfrentando os problemas que travam, e nalguns casos bloqueiam, a produtividade e o crescimento da nossa economia.

As empresas privadas querem investir e investirão se lhes forem dadas as condições para tal.

São conhecidas as críticas que a CIP teceu ao PRR, precisamente pela insuficiente prioridade que deu, no nosso entender, ao investimento empresarial e às condições que as empresas necessitam para o levar a cabo. Teria sido possível melhor, sem dúvida.

Mas, agora, os dados estão lançados e é tempo de passar do plano para a concretização.

**É preciso** colocar no terreno, com urgência, os instrumentos de capitalização das empresas, há muito prometidos.

É preciso executar com transparência, com processos de seleção abertos, com critérios de escolha adequados e conhecidos à partida.



É preciso ajustar os procedimentos e o funcionamento das estruturas à realidade das empresas e às suas necessidades.

É preciso associar os investimentos previstos às reformas que propiciem um ambiente de negócios mais favorável ao relançamento industrial e à competitividade das empresas.

Foi já lançado, no passado dia 1, o convite à Apresentação de Ideias para a constituição das Agendas Mobilizadoras ou Agendas Verdes para a Inovação Empresarial, que não nos permite dissipar algumas preocupações, nomeadamente quanto à objetividade dos critérios e transparência dos processos de seleção.

Quanto às restantes componentes, a informação ainda é escassa.

Preocupa-nos especialmente que ainda muito pouco tenha sido esclarecido, em concreto, quanto ao instrumento de capitalização, no quadro do Banco Português de Fomento, previsto no PRR. Esperamos que hoje, aqui, a Dra. Beatriz Freitas nos possa elucidar um pouco mais.

O tempo passa, o mês de setembro e o fim das moratórias de crédito aproxima-se e as empresas precisam de mais do que promessas para que tenham um mínimo de previsibilidade sobre o seu futuro e a possibilidade de construírem e avançarem com estratégias de recuperação e crescimento.

Quanto ao Acordo de Parceria e os respetivos Programas Operacionais, pouco sabemos sobre as negociações em curso com a Comissão Europeia ou sobre a prioridade que neles será concedida, em termos de verbas alocadas, à competitividade empresarial.

Esperamos que hoje, aqui, o Dr. Nuno Santos nos possa fazer o ponto de situação do processo de preparação do Portugal 2030 e trazer alguma luz sobre o quais as oportunidades e instrumentos que as empresas poderão esperar neste novo quadro.

Temos agora ocasião de corrigir problemas detetados no Portugal 2020 e adequar os processos e o funcionamento das estruturas à realidade das empresas e às suas necessidades.

Entre as propostas apresentadas pela CIP a este respeito está, por exemplo, a de se optar por candidaturas em contínuo com avisos de banda larga, garantindo estabilidade e previsibilidade às empresas relativamente aos estímulos com que podem contar para impulsionar as suas estratégias.

Não me alongarei sobre as propostas que apresentámos.

Mas **peço-lhe, senhor Ministro**, que as tome, que o Governo as tome, como o resultado de uma ampla reflexão e auscultação do tecido empresarial a que a CIP dá voz, traduzindo as suas preocupações e necessidades.



Refletiremos, nesta Conferência, sobre o papel dos fundos europeus na transformação da economia portuguesa. Teremos oportunidade de ouvir o testemunho de duas empresas sobre a sua experiência na utilização desses fundos.

Mas esta Conferência, concebida para as empresas e com as empresas, visa fundamentalmente o esclarecimento possível sobre as oportunidades com que podem contar, com base nos novos programas europeus, para participar, como é sua missão, na transformação da economia portuguesa.

Espero que, no fim desta manhã, possamos todos estar um pouco menos inquietos, um pouco mais confiantes, apesar de todos os riscos e incertezas que ainda ensombram o nosso horizonte.

Se é verdade que as crises são oportunidade de renovação, aproveitemos, pois, esta oportunidade para iniciar uma nova era de desenvolvimento.